



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638462 - RO (2021/0000911-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : LUIZ CARLOS RIBEIRO DA FONSECA
ADVOGADO : LUIZ CARLOS RIBEIRO DA FONSECA - RO000920
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE : ESTEFANY DOS SANTOS ARAUJO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ESTEFANY DOS SANTOS ARAUJO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (HC n. 0809960-60.2020.8.22.0000).

A paciente encontra-se presa preventivamente pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, 35 e 36 da Lei n. 11.343/2006.

No Tribunal de origem, o relator manteve a prisão preventiva em sede de liminar em *habeas corpus*, com base na seguinte fundamentação:

Destaco que a decisão do juízo que decretou a prisão preventiva da paciente foi fundamentada a quo considerando a comprovação da materialidade delitiva e os indícios suficientes de autoria, restando evidenciado o , posto que foram indiciadas 25 pessoas no inquérito, houve diversas periculum libertatis buscas e apreensões e se soltos, os representados prosseguirão nas práticas delitivas, além da possibilidade de contaminação de provas a serem produzidas no processo.

Acrescentou que Estefany dos Santos Araújo e seu esposo atuavam conjuntamente no tráfico de entorpecentes. Que, segundo as investigações, a droga era adquirida na capital Porto Velho e transportada por terceiros em viagens de ônibus no período noturno.

Consta nos autos que no cumprimento do mandado de prisão houve a apreensão de aproximadamente 1kg de cocaína.

O juízo quo pontuou que, ante essas ponderações, estão presentes os pressupostos da prisão preventiva a nos exatos termos dos arts. 312 e 313, I, do Código de Processo Penal.

Importante salientar que há indicativo que a paciente integra concatenada organização criminosa, participando de delitos como tráfico de drogas, associação para o tráfico e o seu financiamento, além de lavagem de capitais, crimes que ensejaram a deflagração da “Operação Turing”.

No que diz respeito a justificativa da paciente possuir 3 filhos menores

de idade, o magistrado sustentou que, em conformidade com os autos, as crianças encontram-se sob os cuidados de uma tia da paciente. Vislumbrou que os filhos da acusada não se encontram desamparados, possuindo família extensa capaz de proporcionar os cuidados necessários e aptos ao resguardo de seu melhor interesse.

O impetrante sustenta que deve ser concedida liberdade provisória em razão de a paciente ser mãe de filhos menores de 12 anos de idade.

Alega, ainda, constrangimento ilegal em razão da ausência dos requisitos previstos no art. 312 do CPC para segregação cautelar.

Requer, liminarmente, a concessão de liberdade provisória ou, subsidiariamente, a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares constantes do rol do art. 319 do CPP. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja ratificada a liminar deferida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ,

indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente